



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



## PARECER JURÍDICO N.º 13/2026

**EMENTA: ADMINISTRATIVO.  
ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 07/2021,  
FIRMADO COM A EMPRESA ABF  
LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.**

**INTERESSADO: CRF/SE**

**PROCESSO: 07/2021**

**OBJETO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 07/2021, FIRMADO COM A EMPRESA ABF LOCADORA DE  
VEÍCULOS LTDA.**

Trata-se de parecer jurídico acerca da viabilidade jurídica do pedido de prorrogação excepcional do prazo de vigência do contrato n.º 07/2021, firmado com a empresa **ABF LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA (CNPJ 16.528.677/0001-37)**, até a conclusão do novo processo licitatório, justificado em razão do risco de carência da prestação dos serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, destinados ao atendimento das necessidades do setor de fiscalização do CRF/SE.

O objeto do contrato originário é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, e sem combustível, para atender as necessidades do setor de fiscalização do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, conforme condições estabelecidas no termo de referência da contratação do processo administrativo n.º 07/2021, bem como da proposta comercial anexa aos autos.

Acostam ao respectivo processo:

- a) Solicitação de renovação contratual, com a devida justificativa;
- b) Despacho do Presidente para autorizando a formalização do processo de renovação;
- c) Disponibilidade orçamentária;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



- d) Pesquisa de preços;
- e) Proposta orçamentária;
- f) Despacho da comissão de licitação;
- g) Certidões negativas da contratada;
- h) Minuta de termo aditivo.

Salienta-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações.

Conforme consta dos autos, objetiva-se a renovação excepcional em razão de que o contrato originário possui vigência até 09 de maio de 2026, alcançando nessa data, o limite ordinário de duração previsto no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, legislação aplicável à contratação primitiva.

Também se confirma nos autos que está em tramite novo processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 90001/2026, com a designação de sessão pública para 05 de maio de 2026, circunstância que, evidentemente demonstra o risco de não haver tempo hábil para conclusão do certame.

Com isso, a pretensa renovação excepcional estará condicionada à conclusão do novo processo licitatório, obviamente, justificado em razão do risco de carência da prestação dos serviços de locação de veículos destinados ao atendimento das necessidades do setor de fiscalização.

Tal previsão de renovação excepcional está inserida no §4º, do art. 57, da Lei 8.666/93.

Some-se a isso, a manifestação positiva da contratada a respeito do interesse em prorrogar o contrato em tela. E como já pontuado há também o interesse do CRF/SE na manutenção da avença e favorável à prorrogação contratual e a devida justificativa da necessidade de prorrogação excepcional do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Aos autos foram juntados documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como a demonstrar a manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas.

No que diz respeito à alocação de recursos orçamentários, o artigo 14, da Lei 8.666/93 aduz que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para o seu pagamento. Igual disposição é albergada no artigo 7º da mesma lei, no que toca às hipóteses de obras e serviços, situação que é repetida no caput do artigo 38 do referido diploma normativo, confirma-se nos autos há existência de declaração de recursos financeiros, com menção à rubrica orçamentária correspondente (6.2.2.1.1.01.01.005 – Despesas de Subvenção para fiscalização), cujo valor da despesa já está devidamente empenhado.

**EX POSITIS**, considerando os argumentos acima elencados e aliados aos preceitos legais aplicáveis a espécie, opinamos pela **VIABILIDADE JURÍDICA** de ser prorrogado excepcionalmente o Contrato de Prestação de Serviços n.º 07/2021, celebrado com a empresa com a empresa **ABF LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA (CNPJ 16.528.677/0001-37)**, condicionada o prazo de prorrogação à finalização do novo processo licitatório.

Ressalvando, por fim, que a veracidade dos fatos e documentos constantes nos autos é de inteira responsabilidade dos agentes que os firmaram.

Sendo esse o Parecer, *S.M.J.*

Aracaju/SE, 30 de abril de 2026.

**Patrícia de Moura Melo**  
Advogada do CRF/SE  
OAB/SE 4.586